



CARDIF CAPITALIZAÇÃO S.A.
CNPJ: 11.467.788/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas: Em obediência às disposições legais e estatutárias, submetemos ao exame de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes. Para o exercício de 2013, o foco das atividades esteve voltado ao incremento das vendas de nossos produtos atuais. Seguiremos privilegiando o incremento nas vendas de nossos produtos junto aos parceiros estratégicos. Aproveitamos para registrar os nossos agradecimentos aos nossos colaboradores, parceiros e às autoridades de controle, pela orientação e atenção prestadas à Cardif Capitalização S.A.
São Paulo, 26 de fevereiro de 2014

BALANÇO PATRIMONIAL em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
ATIVO	18.703	17.777
Circulante	42	13
Disponível	42	13
Caixa e bancos	42	13
Aplicações Financeiras	5.430	7.838
Títulos de renda fixa Privados	660	-
Títulos de renda fixa Públicos	3.944	4.428
Quotas de fundos de investimentos	826	3.410
Créditos das Operações de Capitalização	12.184	8.334
Créditos das operações de capitalização	12.184	8.334
Títulos e Créditos a Receber	1.047	1.581
Créditos tributários e previdenciários	968	1.483
Outros créditos	79	98
Despesas Antecipadas	-	11
Despesas antecipadas	-	11
Ativo não Circulante	15.388	12.573
Realizável a Longo Prazo	14.119	11.027
Aplicações Financeiras	14.119	11.027
Títulos de renda fixa Privados	1.643	630
Títulos de renda fixa Públicos	12.476	10.397
Intangível	1.269	1.546
Outros intangíveis	1.269	1.546
Total do Ativo	34.091	30.350

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

	2013	2012
PASSIVO	19.803	15.611
Circulante	2.539	3.978
Contas a Pagar	1.760	2.741
Obrigações a pagar	1.760	2.741
Impostos e encargos sociais a recolher	220	180
Encargos trabalhistas	332	209
Impostos e contribuições	227	848
Débitos das Operações com Capitalização	134	-
Comissões e agenciamento a pagar	134	-
Depósitos de Terceiros	660	52
Valores a reclassificar - Capitalização	660	52
Provisões Técnicas - Capitalização	16.470	11.581
Provisão matemática para resgates	10.173	7.098
Provisão para sorteio a pagar	6.297	4.483
Passivo não Circulante	17	17
Exigível a Longo Prazo	17	17
Contas a Pagar	1	13
Tributos diferidos	1	13
Outros Débitos	16	4
Provisões judiciais	16	4
Patrimônio Líquido	14.271	14.722
Capital social	13.987	13.987
Ajuste de avaliação patrimonial	(358)	19
Reservas de lucros	642	716
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	34.091	30.350

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	2013	2012
Em 31 de Dezembro de 2011	13.987	13.987
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE 30.03.12	-	-
Reserva legal	-	-
Dividendos provisionados (R\$ 0,01 centavo por ação)	-	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-
Em 31 de Dezembro de 2012	13.987	13.987
Lucro líquido do exercício	-	-
Destinação da reserva de lucros para distribuição de dividendos - AGE 30.03.13 (Nota 11c)	-	-
Reserva legal	-	-
Dividendos provisionados (R\$ 0,01 centavo por ação)	-	-
Reserva de retenção de lucros para futura destinação dos acionistas	-	-
Ajuste com títulos e valores mobiliários	-	-
Em 31 de Dezembro de 2013	13.987	13.987

As notas explicativas da administração são parte integrante das Demonstrações Financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Cardif Capitalização S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, localizada na Rua Campos Bicudo, nº 98, Chacara Itaim, CEP 04536-010 na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, resultante da associação entre a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A., e a Cardif Assurances Risques Divers, com sede na França, e ambas pertencentes ao grupo BNP-Paribas. Constituída conforme Assembleia Geral de seus acionistas, realizada em 12 de agosto de 2009, foi autorizada pelo Ministério da Fazenda a operar com planos de capitalização em todo o território nacional, através da Portaria SUSEP nº 3.351 de 18 de novembro de 2009, obteve o cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) junto a Receita Federal do Brasil em 06 de janeiro de 2010 e iniciou suas atividades de comercialização dos produtos de capitalização em agosto de 2010. Essas Demonstrações Financeiras foram aprovadas pela Administração em 26/02/2014.

2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos períodos apresentados, exceto quando indicado o contrário. **2.1. Base de preparação:** As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído para as Sociedades Seguradoras, de Capitalização e Entidades Abertas de Previdência Complementar, pela Circular SUSEP nº 464/13, com efeitos retroativos a 1º de janeiro de 2013, considerando o custo histórico como base de valor. Os ativos financeiros disponíveis para venda foram mensurados a valor justo com efeitos no Patrimônio Líquido, e os ativos e passivos financeiros foram mensurados ao valor justo. As práticas contábeis adotadas pela Companhia para o registro das operações e elaboração das Demonstrações Financeiras estão em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as normas regulamentares do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP), da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando não contrariam as disposições do órgão regulador. A preparação das Demonstrações Financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. As áreas que envolvem estimativas relevantes para as Demonstrações Financeiras, e que por sua complexidade demandam alto grau de julgamento, estão divulgadas na Nota 3. **2.2. Moeda funcional e de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações realizadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes na data da transação. Ganhos ou perdas na liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do período. **2.3. Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, com baixo risco de mudança de valor. **2.4. Ativos financeiros: 2.4.1. Classificação:** A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, em acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, dentre as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado; (b) disponíveis para venda; (c) empréstimos e recebíveis. **a) Ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Os ganhos e perdas decorrentes de variações do valor justo mensurado são registrados no resultado financeiro da Companhia e podem ser observados na demonstração do resultado. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. Os fundos de investimentos são avaliados pelo valor da quota informado pelos administradores, na data do balanço. **b) Ativos financeiros disponíveis para venda:** Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não se enquadram nas categorias "Mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "Empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo valor de custo, acrescido dos rendimentos auferidos no período, que são reconhecidos no resultado e ajustados aos correspondentes valores justos. O ajuste ao valor justo não realizado financeiramente é reconhecido em conta específica no patrimônio líquido, líquido dos seus efeitos tributários, e quando realizado é apropriado ao resultado. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **c) Empréstimos e recebíveis:** Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por títulos de capitalização a receber e demais contas a receber, que são mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado. Quando identificados títulos vendidos há mais de sessenta dias e não liquidados, a administração da Companhia é responsável por tratar um plano de recuperação desses valores, eliminando a necessidade de ajuste por reduções ao valor recuperável. **2.4.2. Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à Demonstração do Resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na Demonstração do Resultado em "Resultado Financeiro" líquidos no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no Patrimônio Líquido. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na Demonstração do Resultado como "Receitas e Despesas Financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. **2.4.3 Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: (a) Ativos negociados ao custo amortizado:** A Companhia avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por redução ao valor recuperável são incorridas somente se há evidência objetiva de perda como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos e se aquele evento de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de forma confiável. Os critérios que a Companhia usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por redução ao valor recuperável incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento do principal ou dos juros; (iii) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (iv) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais em carteira. **(b) Ativos financeiros classificados como disponível para venda:** A Companhia avalia no final de cada período de apresentação de relatórios se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. **2.5. Aplicações financeiras:** O saldo das aplicações financeiras referentes aos Títulos Públicos Federais (LFTs, LTNs, NTN-F e NTN-V-F) e aos Títulos Privados (LFs e Debêntures) está classificado na categoria "disponíveis para venda", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos. Consequentemente para efeito de publicação, os saldos foram segregados entre curto e longo prazo. As Quotas de Fundos de Investimentos estão classificadas como títulos "para negociação", levando em consideração a intenção da Administração na negociação dos títulos, sendo estes valores utilizados para fluxo de caixa da Companhia. **2.6. Ativo intangível:** O ativo intangível é constituído por softwares e amortizado conforme respectiva de utilização. **2.7. Avaliação dos passivos relacionados aos títulos de capitalização: 2.7.1. Provisões Técnicas:** A Companhia comercializa o produto de capitalização da modalidade de incentivo, sendo a receita reconhecida por ocasião da emissão dos títulos. **(a) Provisão Matemática para Capitalização:** É calculada sobre o valor nominal dos títulos de capitalização, e atualizada com base em Notas Técnicas Atuárias aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **(b) Provisão para Sorteio a Realizar:** É calculado sobre o valor nominal dos títulos, com base em Notas Técnicas Atuárias aprovadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e a baixa da provisão para sorteio a realizar registrada pelo valor equivalente ao risco decorrido, ou seja, o saldo da provisão para sorteio a realizar representa os valores custeados dos sorteios ainda não realizados. **(c) Provisão de Sorteios a Pagar:** É constituída pelos valores dos títulos contemplados em sorteios, atualizados monetariamente no período entre a data do sorteio e a efetiva liquidação. **2.8. Benefícios a empregados:** A Companhia possui benefícios em curto prazo, sem as características de obrigações pós-emprego. A Companhia patrocina plano de previdência privada em favor dos seus funcionários e diretores, efetuando contribuições mensais relativas ao complemento de aposentadoria e pensão, e um Plano Gerador de Benefícios Livres (PGBL), totalizando no exercício R\$ 106 (R\$ 101 em dezembro de 2012). O compromisso da Companhia limita-se a realizar os aportes mensais calculados com base em percentuais sobre a folha de pagamento. **2.9. Passivos contingentes:** São constituídas provisões para contingências para fazer face às eventuais perdas que possam resultar de decisão final dos processos judiciais em curso, tomando-se como base de provisionamento os pareceres técnicos dos consultores jurídicos da Companhia. **2.10. Reconhecimento de ativos e passivos:** Os ativos circulantes estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo os rendimentos auferidos e provisão para perdas quando aplicável. Os passivos circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. **2.11. Capital social:** O Capital Social da Companhia está constituído por 13.987 mil ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. **2.12. Reserva legal:** A Reserva Legal é constituída por 5% do Lucro Líquido do exercício, limitada a 20% do Capital Social. **2.13. Dividendos:** Conforme determinado pelo Estatuto da Companhia, está assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ao final de cada exercício social, após constituição da reserva legal, ajustado de acordo com a legislação vigente. Os valores de dividendos mínimos são registrados no passivo ao final de cada exercício social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido no passivo da Companhia após aprovação dos acionistas em Assembleia Geral. **2.14. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda sobre o lucro é constituída à alíquota de 15% acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro fiscal que exceder R\$240 ao ano. A provisão para contribuição social sobre o lucro líquido é constituída à alíquota de 15%. A despesa com o imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido. O imposto de renda e contribuição social correntes compreendem os impostos a pagar sobre o lucro tributável do exercício calculado com base nas alíquotas

vigentes na data do balanço. O imposto de renda e contribuição social diferidos são calculados com base nas diferenças temporárias registradas no Balanço Patrimonial. Um imposto diferido ativo somente é reconhecido quando é provável que lucros futuros sujeitos a tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos diferidos de imposto de renda e contribuição social são revisados a cada data do balanço e ajustados à medida que sua realização não seja provável. **2.15. Novas normas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor:** Diversas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 31 de dezembro de 2013. Dentre aquelas que podem ser relevantes para a Companhia, encontra-se a: IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substituiu os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotado para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descausamento contábil. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes, correspondentes a esta norma. A Medida Provisória nº 627 ("MP 627/13"), publicada em 11 de novembro de 2013, alterou diversos dispositivos da legislação tributária federal sobre IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, dentre os quais se incluem (i) a revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, disciplinando os ajustes decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos em razão da convergência das normas contábeis brasileiras aos padrões internacionais; e (ii) a tributação da pessoa jurídica domiciliada no Brasil, com relação ao acréscimo patrimonial decorrente de participação em lucros auferidos no exterior por controladas e coligadas. A MP 627/13 encontra-se presente em tramitação no Congresso Nacional, sendo que há um número significativo de emendas propostas. Além disso, a Receita Federal do Brasil - RFB deverá disciplinar diversos dispositivos legais introduzidos pela Medida Provisória, razões pelas quais é possível que algumas das suas disposições sejam alteradas, suprimidas ou esclarecidas. Com base em sua redação atual, a Administração entende que não há ajustes relevantes decorrentes da MP 627/13 a serem reconhecidos nas demonstrações financeiras. A regra geral estabelecida pela MP 627/13 é que a sua entrada em vigor ocorrerá apenas em 1º de janeiro de 2015, exceto se houver opção do contribuinte pela antecipação de seus efeitos para 1º de janeiro de 2014 (a forma de exercício dessa opção ainda carece de regulamentação). A Administração não pretende optar pela antecipação dos efeitos da MP 627/13, e aguardará a regulamentação definitiva das alterações proferidas de forma a avaliar seus eventuais efeitos futuros.

3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

A preparação das Demonstrações Financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As premissas abaixo listadas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras; (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo. **Estimativas e premissas contábeis:** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos, são: **a) Estimativas e julgamentos utilizados na avaliação de provisões para contingências civis e trabalhistas:** O processo utilizado pela Administração para a contabilização e construção das estimativas contábeis leva em consideração o julgamento da assessoria jurídica de especialistas na área e a evolução dos processos e status (ou instância) de julgamento de cada caso específico; **b) Estimativas utilizadas para cálculo de ativos financeiros:** A Companhia aplica as regras de análise de *impairment* para créditos individualmente significativos conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. A Companhia aplica alto grau de julgamento para determinar o grau de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros, incluindo os títulos a receber; **c) Estimativas utilizadas para cálculo de créditos tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. A determinação das estimativas futuras quanto à capacidade e determinação de horizonte de geração de lucros futuros tributáveis requer a utilização de alto grau de julgamento da Administração da Companhia.

4 GERENCIAMENTO DE RISCOS

Introdução: A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que poderiam afetar os objetivos estratégicos e financeiros: a) Risco de Crédito; b) Risco de Liquidez; c) Risco Operacional; d) Risco de Mercado. Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos acima, os objetivos, as políticas, os processos de mensuração, o gerenciamento dos riscos e gerenciamento de capital. **Estrutura de gerenciamento de risco:** Entendemos que a atividade de gerenciamento de riscos é altamente relevante em virtude da crescente complexidade dos serviços e produtos ofertados e também em função da globalização dos negócios. Por essa razão as atividades relacionadas ao gerenciamento de riscos são aprimoradas continuamente. Consideráveis investimentos nas ações relacionadas ao processo de gerenciamento de riscos são realizados, especialmente na capacitação do quadro de funcionários. Tem-se o objetivo de elevar a qualidade de gerenciamento de riscos e de garantir o inerente foco a estas atividades, que produzem forte valor agregado. O gerenciamento de todos os riscos inerentes às atividades de modo integrado é abordado, dentro de um processo, apoiado na sua estrutura de *Compliance*. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos e minimiza a existência de lacunas que comprometam sua correta identificação e mensuração. **a) Risco de crédito:** Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não desejar cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia. O risco de crédito relacionado a venda de títulos de capitalização da Companhia está integralmente concentrado nos papéis de venda, que repassam os valores dos títulos de capitalização à Companhia, independentemente do seu recebimento pelo cliente. A Administração considera como baixo o risco de inadimplência por parte de seus parceiros comerciais, visto que não há evidências objetivas de que os compromissos não serão honrados pelas contrapartes. A tabela a seguir apresenta todos os ativos financeiros detidos pela Companhia, distribuídos por rating de crédito, divulgados por agências renomadas de rating (*Standard & Poors* e *Moody's*). Os ativos classificados na categoria "sem rating" compreendem, substancialmente, valores relativos a investimentos em quotas de fundos e prêmios a receber.

Composição da carteira por categoria	AAA	AA	Sem rating	Saldo consolidado
AAA - 31 de dezembro de 2013				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	42	42
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	826	826
Títulos de renda fixa públicos	16.420	-	16.420	16.420
Títulos de renda fixa privados	204	2.099	-	2.303
Créditos das operações de capitalização	-	-	12.184	12.184
Exposição máxima ao risco de crédito	16.624	2.099	13.052	31.775
Composição da carteira por categoria	Sem rating	AAA	AA	Saldo consolidado
31 de dezembro de 2012				
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	13	13
Quotas de fundos de investimentos abertos	-	-	3.410	3.410
Títulos de renda fixa públicos	630	-	630	630
Títulos de renda fixa privados	14.825	-	14.825	14.825
Créditos das operações de capitalização	-	-	8.334	8.334
Exposição máxima ao risco de crédito	15.455	-	11.757	27.212

b) Risco de liquidez: Está relacionado tanto com a incapacidade da Companhia saldar seus compromissos, quanto aos sacrifícios ocasionados na transformação de um ativo em caixa necessário para quitar uma obrigação. Forte posição de liquidez é mantida para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações a medida que estas atingem seu vencimento. **Gerenciamento do risco de liquidez:** É realizado pelo Departamento Financeiro em conjunto com os atuários e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. **Controle do risco de liquidez:** São elaboradas análises de fluxo de caixa projetado, sobretudo os relacionados aos ativos garantidores das provisões técnicas a fim de mitigar o risco financeiro. Adicionalmente, é mantida uma "Carteira de Liquidez", constituída por investimentos de curto prazo, para cobrir eventuais cenários de stress. **Exposição ao risco de liquidez:** O risco de liquidez é limitado pela reconciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os respectivos passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de títulos de capitalização comercializados. A Administração do risco financeiro envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições *liabilities* e instrumentos financeiros utilizados. **Gerenciamento de ativos e passivos (Assets Liabilities Management - ALM):** Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos e o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito. O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Gerência Financeira e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações. A Companhia monitora, por meio da gestão de ativos e passivos (ALM), as entradas e os desembolsos futuros, a fim de manter o risco de liquidez em níveis aceitáveis e, caso necessário, apontar com antecedência possíveis necessidades de redirecionamento dos investimentos. O quadro a seguir demonstra o alinhamento entre ativos e passivos:

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Arrecadação com títulos de capitalização	59.824	49.915
Variação da provisão para resgate	(36.716)	(30.089)
Resultado com sorteio	(13.993)	(11.983)
Custo de aquisição	(688)	(72)
Outras receitas e despesas operacionais	(236)	(732)
Despesas administrativas	(7.279)	(5.888)
Despesas com tributos	(595)	(488)
Resultado financeiro	1.669	1.608
Resultado Operacional	1.486	2.271
Resultado Antes dos Impostos e Participações	1.486	2.271
Imposto de renda	(241)	(235)
Contribuição social	(161)	(163)
Participações sobre o lucro	(478)	(1.192)
Lucro Líquido do Exercício	606	681
Quantidade de ações (Mil)	13.987	13.987
Lucro líquido por lote de mil ações (Reais) *	0,04	0,05
*O Lucro Base e o Lucro Diluído por ação tem o mesmo valor devido todas ações serem ordinárias.		

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRRANGENTE em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
Lucro Líquido do Exercício	606	681
Ativos financeiros disponíveis para a venda	(377)	17
Ajuste de títulos e valores mobiliários	(627)	29
Efeito tributário	250	(12)
Total do Resultado Abrangente	229	698

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA em 31 de dezembro de 2013 e 2012

	2013	2012
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido do exercício	606	681
Ajustes para:		
Amortização de ativos intangíveis	277	408
Variação nas Contas Patrimoniais:		
Ativos financeiros	(1.060)	(1.395)



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS em 31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais)

Movimento 31 de dezembro de 2013

Aplicações	Saldo em 31/12/12	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/13
Quotas de fundos de investimentos abertos	3.410	26.238	252	-	(29.074)	826
Títulos de renda fixa públicos	14.825	10.403	1.327 (628)		(9.507)	16.420
Títulos de renda fixa privados	630	1.547	125	1	-	2.303

Movimento 31 de dezembro de 2012

Aplicações	Saldo em 31/12/11	Aplicações	Rentabilidade	MTM	Resgates	Saldo em 31/12/12
Quotas de fundos de investimentos abertos	4.107	19.159	431	-	(20.287)	3.410
Títulos de renda fixa públicos	13.346	10.856	1.182	29	(10.588)	14.825
Títulos de renda fixa privados	-	600	30	-	-	630

a) As Quotas de Fundos de Investimentos abertos foram valorizadas com base no valor da quota divulgada pelo Administrador do fundo na data do balanço; b) O valor de mercado para os Títulos de Renda Fixa Públicos Federais (LFT's, LTN's, NTN's-B e NTN's-F) foi calculado com "preço unitário de mercado" informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA); c) Os Títulos Privados (LF's e Debêntures) estão registrados pelo seu custo de aquisição acrescido dos juros ganhos.

6 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES DE CAPITALIZAÇÃO

Refere-se aos recebimentos pendentes dos títulos de capitalização emitidos da modalidade de incentivo. Demonstramos abaixo a composição dos valores a receber considerando os respectivos vencimentos dos créditos:

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2013						
Créditos a Receber	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Vincendos	5.587	-	-	-	-	-
Vencidos	-	6.262	335	-	-	-
Total	5.587	6.262	335	-	-	12.184

Prêmios a receber em 31 de dezembro de 2012						
Créditos a Receber	De 1 a 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 120 dias	De 121 a 180 dias	De 181 a 365 dias	Acima de 365 dias
Vincendos	4.472	-	-	-	-	-
Vencidos	1.780	547	496	1.001	38	-
Total	6.252	547	496	1.001	38	8.334

Conforme estudos técnicos elaborados pela Companhia, com base no histórico de pagamentos dos parceiros com títulos pendentes, a Administração não constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que não existe histórico de perda que justifique a provisão dos valores.

Movimentação de créditos das operações de capitalização:

	2013	2012
Saldo Inicial	8.334	5.930
Títulos comercializados	59.824	49.915
Recebimentos	(55.974)	(47.511)
Saldo Final	12.184	8.334

7 CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia registrou créditos tributários referentes às adições temporárias utilizando as alíquotas vigentes de 15% para o Imposto de Renda, acrescido do adicional de 10% previsto em lei e de 15% para a Contribuição Social.

a) Créditos tributários e previdenciários

	2013	2012
Antecipação do Imposto de Renda e Contribuição Social	268	883
Créditos tributários de diferenças temporárias	386	600
Créditos diferidos da Marcação à Mercado de TVM	238	-
Tributos a recuperar	76	-
Total	968	1.483
Circulante	968	1.483

b) Movimentação dos créditos tributários

	Saldo em 31/12/13	Movimentação	Saldo em 30/06/13	Movimentação	Saldo em 31/12/12
Provisões participações nos lucros	381	43	338	(115)	453
Provisões cíveis	5	3	2	2	-
Provisão para perda	-	-	-	(4)	4
Gastos marketing	-	(188)	188	45	143
Total dos créditos tributários	386	(142)	528	(72)	600

A provisão para utilização dos créditos tributários é inferior a 360 dias.

8 INTANGÍVEL

O intangível representa os investimentos com o desenvolvimento interno de sistemas de computação que são amortizados à taxa de 12,50% a.a. (8 anos), levando em consideração a sua utilização.

	Taxa (média) de Amortização (a.a. %)	2013	Movimentação	2012
Intangível				
Desenvolvimento de sistemas de computação	12,50%	2.215	-	2.215
		2.215	-	2.215
Amortização				
Desenvolvimento de sistemas de computação		(946)	(277)	(669)
		(946)	(277)	(669)
Total residual intangível		1.269	(277)	1.546

9 ENCARGOS TRABALHISTAS

Refere-se à provisão de férias e encargos sociais incidentes, calculada pelo regime de competência até a data do balanço.

DIRETORIA		DIRETOR TÉCNICO		DIRETOR	
	Diretor Presidente Adriano Carlos Romano		Diretor Técnico Emmanuel Pelege		Diretor Renato Alessandri Alves de Oliveira

PARECER ATUARIAL	
	Aos Senhores Administradores e Acionistas da Cardif Capitalização S.A. 1. A Avaliação Atuarial das Provisões Técnicas da Cardif Capitalização S.A., data base de 31 de dezembro de 2013, foi elaborada conforme estabelecido na Circular SUSEP nº 272/04. 2. As Provisões Técnicas avaliadas, referentes à data base a 31/12/2013, foram: Provisão Matemática para Capitalização (PMC); Provisão para Resgate (PR); Provisão para Sorteios a Realizar (PSR); Provisão para Sorteios a Pagar

(PSP); Provisão para Despesas Administrativas (PDA). 3. Os métodos utilizados na avaliação estão de acordo com os princípios atuariais aplicáveis e internacionalmente aceitos. O objetivo principal foi avaliar, através das informações contábeis, a adequação das Provisões constituídas em relação aos compromissos assumidos pela Companhia. Assim, verificou-se a metodologia e a adequação das Provisões contabilizadas em 31 de dezembro de 2013. 4. Considerando os estudos realizados, verificou-se que os critérios

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas **Cardif Capitalização S.A.**
Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Cardif Capitalização S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras
A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro.
Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em

10 PROVISÕES TÉCNICAS DE CAPITALIZAÇÃO

a) Composição das provisões técnicas: Em 31 de dezembro de 2013 as provisões técnicas compreendem as provisões matemáticas para capitalização e provisão para sorteios a pagar.

	2013	2012
Provisão matemática para capitalização (resgate antecipado)	10.173	7.098
Provisão para sorteios a pagar	6.297	4.483
Total Circulante	16.470	11.581
	16.470	11.581

b) Garantia das provisões técnicas de capitalização: Os valores dos bens e direitos oferecidos em cobertura das provisões técnicas são os seguintes:

	2013	2012
Títulos de renda fixa públicos (LFT's, LTN's e NTN's)	15.150	14.825
Títulos de renda fixa privados (LF's e Debêntures)	1.781	630
Quotas e fundos de investimentos	180	3.410
Total	17.111	18.865

O montante de provisões técnicas a serem cobertas em dezembro de 2013 é de R\$ 16.470 (R\$ 11.581 em dezembro de 2012).

c) Movimentação das reservas técnicas

	2013	2012
Saldo inicial	11.581	8.242
Constituição	50.710	42.072
Pagamento	(45.821)	(38.733)
Saldo final	16.470	11.581

11 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em quantidade de ações: O capital social da Companhia, aprovado pela SUSEP e subscrito por seus acionistas, é de 13.987.468 ações ordinárias nominativas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma. **b) Reserva de Lucros:** Em 31 de dezembro de 2013 a Reserva de Lucros é composta por R\$ 165 (R\$ 135 em dezembro de 2012) de Reserva Legal e R\$ 477 (R\$ 581 em dezembro de 2012) de Reserva de Retenção de Lucros para futura destinação dos acionistas. **c) Dividendos:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, os acionistas deliberaram pela distribuição da reserva estatutária de lucros através de dividendos no valor de R\$ 536.

12 PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E MARGEM DE SOLVÊNCIA

Nos termos das resoluções CNSP nº 282/13, 300/13 e 302913 e alterações posteriores, o Capital Mínimo Requerido (CMR) para autorização e funcionamento das sociedades seguradoras equivale ao maior valor entre o capital-base, o capital de risco (risco de subscrição, de crédito e operacional) e a margem de solvência.

	2013	2012
Patrimônio Líquido	14.271	14.722
(-) Despesas Antecipadas	-	(11)
(-) Ativos Intangíveis	(1.269)	(1.546)
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	13.002	13.165
	2013	2012

	2013	2012
Capital Mínimo Requerido		
a) Patrimônio Líquido Ajustado	13.002	13.165
b) Capital base	10.800	10.800
c) Capital adicional	3.484	1.403
(+) Capital de Risco de Subscrição	1.872	-
(+) Capital de Risco de Crédito	1.731	1.403
(+) Capital de Risco Operacional	363	-
(-) Benefício da Correlação entre os Capitais	(482)	-
d) Capital Mínimo Requerido (CMR): (maior entre (b) e (c) *)	10.800	12.203
e) Suficiência de Capital (%)	20%	7%
f) Suficiência de Capital (RS) - (a - d)	2.203	962

(*) Em 2012 o CMR é a soma de (b) e (c), conforme era previsto na resolução CNSP nº 227/10, revogada pela Resolução CNSP nº 282/13.

13 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

	2013	2012
a) Despesas administrativas		
Pessoal próprio	(4.542)	(2.838)
Serviços de terceiros	(694)	(521)
Localização e funcionamento	(2.747)	(2.183)
Publicidade e propaganda	346	(308)
Publicações	(70)	(38)
Donativos e contribuições	(2)	-
Outras despesas	(70)	-
Total	(7.779)	(5.888)

	2013	2012
b) despesas com tributos		
Impostos Municipais	(26)	(25)
Impostos Federais	(16)	-
PIS	(67)	(57)
COFINS	(409)	(350)
Taxa de Fiscalização - SUSEP	(42)	(42)
Outros Tributos e Contribuições	(35)	(14)
Total	(595)	(488)

c) Resultado financeiro

	2013	2012
Quotas de fundos de investimentos abertos	252	431
Títulos de renda fixa públicos	1.327	1.182
Títulos de renda fixa privados	125	30
Despesas Financeiras	(35)	(35)
Juros e atualização monetária	(35)	(35)
Total	1.669	1.608

14 PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Conciliação entre as alíquotas nominais:

	Imposto de Renda 2013	Imposto de Renda 2012	Contribuição Social 2013	Contribuição Social 2012
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social (após as participações aos empregados)	1.008	1.079	1.008	1.079
Adições				
Ajustes permanentes	66	7	66	7
Ajustes temporários	965	1.500	965	1.500
Exclusões				
Ajustes permanentes	-	-	-	-
Ajustes temporários	(1.499)	(472)	(1.499)	(472)
Base de cálculo	540	2.114	540	2.114
Alíquota 15%	(81)	(317)	(81)	(317)
Dedução PAT (4%)	3	12	-	-
Adicional 10% IR (acima e R\$ 240)	(30)	(187)	-	-
Imposto corrente do exercício	(107)	(492)	(81)	(317)
Impostos diferidos				
Diferenças temporárias (líquidas)	(133)	257	(80)	154
Despesa de IR e CS no resultado	(241)	(235)	(161)	(163)

15 PARTES RELACIONADAS

a) Transações com partes relacionadas: Os saldos referentes a transações com Partes Relacionadas, no que se refere a prazos de vencimento e taxas de remuneração pactuadas, são como seguem:

	2013	2012
Ativo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	4.323	4.038
Luizaseg Seguros S.A. (i)	1.424	1.901
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	1.538	1.218
Total	7.285	7.157

	2013	2012
Passivo		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	3.746	3.347
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (ii)	40	440
Luizaseg Seguros S.A. (i)	1.250	1.775
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	1.339	1.176
Cardif Ltda. (iii)	341	370
Total	6.716	7.108

	2013	2012
Despesa		
Cardif Ltda. (iii)	(971)	(570)
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	(368)	-
Luizaseg Seguros S.A. (i)	(32)	-
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	(241)	-
Total	(1.612)	(570)

	2013	2012
Receita		
Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. (i)	8.700	8.479
Luizaseg Seguros S.A. (i)	3.065	6.533
Cardif do Brasil Seguros e Garantias S.A. (i)	3.384	2.678
Total	15.149	17.690

(i) As transações com partes relacionadas compreendem a venda de títulos de capitalização da modalidade incentivo, utilizados para fomentar as vendas dos produtos de seguros; (ii) As transações com a Cardif do Brasil Vida e Previdência S.A. compreendem ressarcimentos de custos administrativos e operacionais; (iii) As transações com a Cardif Ltda. referem-se aos valores de manutenção *Policy International Management System (PIMS)*. **b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:** A remuneração do pessoal-chave da Administração, que compreende todos os colaboradores com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, foi aprovada pela Assembleia Geral Ordinária realizada em 28 de março de 2013, sendo composta exclusivamente por benefícios de curto prazo no montante de R\$ 1.832 em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 1.612 em 2012). A Companhia não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações.

16 PASSIVOS CONTINGENTES

As ações cíveis referem-se à estimativa global de perdas com ações decorrentes do curso normal das operações, cujos valores estão sendo discutidos judicialmente pela Companhia.

	Ações Cíveis		